
EDITORIAL

No ano de 2016 a Associação de Psicologia de São Paulo promoveu dois eventos. O primeiro, realizado em 25 de junho, foi a “Jornada de Psicologia Jurídica: Reflexões teóricas e possibilidades de intervenção”. Essa Jornada foi composta por duas mesas redondas e duas palestras, com a participação de especialistas nessa área. O segundo, realizado em 1º de outubro, foi a “1ª Jornada de Psicologia e violência: Diagnóstico e intervenção”, composta por duas mesas redondas e duas conferências, também com a participação de especialistas nesta temática.

Contudo, apesar da realização desses eventos, a Associação está apresentando novamente dificuldades financeiras, pois muitos sócios não quitaram as anuidades. Dessa forma fazemos um apelo aos sócios para que voltem a contribuir com o pagamento das anuidades, para que seja possível a sobrevivência da Associação de Psicologia de São Paulo e a continuidade da publicação do Boletim de Psicologia.

Este número apresenta sete Artigos, uma Resenha e um documento sobre a Avaliação Psicológica de motoristas. O primeiro artigo trata de um tema muito relevante e delicado, que é o Erro Médico e o respeito às vítimas. O artigo procura verificar como os profissionais envolvidos com o erro lidam com a vítima, mostrando que estas se sentem desrespeitadas e como os médicos não elaboram adequadamente seus erros, apresentando resistência e dificuldade para assumi-los.

O segundo artigo aborda a questão da parentalidade e a construção da imagem corporal nos quadros de deficiência física. Discute como as funções materna e paterna podem ser comprometidas nos casos onde o filho possui algum tipo de deficiência física e a importância de abertura para a compreensão da relação pais-criança e os efeitos em seu desenvolvimento.

O próximo artigo investiga quais os significados atribuídos ao trabalho frente ao envelhecimento para servidoras de uma instituição pública de ensino superior. Os resultados indicaram que o trabalho é valorizado por possibilitar maior aproximação com a juventude e afastamento da inatividade, para garantir um espaço de socialização, de pertencimento, de organização da vida e de manutenção da identidade.

O quarto artigo vai abordar a eficácia adaptativa em pessoas com Diabetes Mellitus a partir do questionário QEDAO. Os resultados mostraram como a maioria dos pacientes apresenta dificuldade de adesão ao tratamento no que diz respeito à dieta, realização de atividade física, medicamentos, exames laboratoriais, entre outros, bem como a necessidade de programas educativos para evitar complicações na saúde dos mesmos.

O artigo seguinte estudou a relação entre a extroversão e a criatividade em universitários. Foi encontrada uma associação entre essas duas variáveis, de modo que os indivíduos mais extrovertidos tenderam a ser mais criativos do que os introvertidos.

O sexto artigo, também preocupado com a questão do envelhecimento, comparou a qualidade de vida, a autoestima e a autoimagem em idosos em relação à prática de esportes. Foi constatado que os idosos praticantes de esportes tenderam a apresentar melhores resultados nas três características estudadas.

O sétimo artigo investigou o uso do Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) para avaliação da inteligência, empregando para esse objetivo o Teste de Inteligência (TI). Os autores concluíram que o PMK pode ser empregado para avaliar a inteligência por meio de dados qualitativos e sem a interferência de um treinamento anterior ou de gabaritos divulgados na internet.

A resenha se refere a um livro sobre laudos psicológicos, que procura auxiliar os psicólogos na elaboração desse documento, que tem recebido críticas e reclamações nos Conselhos Regionais de Psicologia. Esse livro pretende apresentar didaticamente como e o que deve ser colocado num laudo, auxiliando principalmente estudantes de Psicologia e profissionais inexperientes.

A publicação do documento sobre avaliação psicológica de motoristas foi solicitada por duas psicólogas que trabalham na área do trânsito, com o objetivo de divulgar e impedir a aprovação de uma mudança no código de trânsito brasileiro, que exclui a obrigatoriedade da avaliação psicológica para aquisição da primeira habilitação/renovação com e sem atividade remunerada e adição de categoria A. Nesse Projeto de Lei no seu artigo 162 foi suprimida a obrigatoriedade da realização da avaliação psicológica, o que gerou movimentos na categoria por todo o Brasil. O documento traz um histórico sobre essa avaliação no Brasil, a proposta de modificação dessa exclusão e depois relata o pronunciamento do relator do projeto de Lei, o Deputado Sergio Brito, logo após a defesa deste documento realizada por Alessandra Santos de Almeida do CRP 03/Bahia, Marlene Alves da Silva da ABCTRAN e Rogério Oliveira do CFP.

Desejamos a todos uma boa leitura!

IRAI CRISTINA BOCCATO ALVES e PAULO FRANCISCO DE CASTRO

Editores